



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
CONECTIVIDADE PERMANENTE A REDE INTERNET  
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL  
FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. T2-EOF-2012/00483

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone: (0xx\_) \_\_\_\_\_, Fax: (0xx\_) \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu \_\_\_\_\_, **Sr.** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº T2-EOF-2012/00483, em consequência do Pregão Eletrônico nº 02/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 5.450/2005, homologado em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do Processo, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços de conectividade permanente à Rede Internet*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de comunicação de dados, incluindo a implantação, a configuração, o gerenciamento pró-ativo e a manutenção de uma rede de serviços para acesso *IP* permanente, dedicado e exclusivo, permitindo a comunicação do Contratante com a Rede Mundial de Computadores - *Internet*, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2013 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **2.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS:**

2.1.1 - Para a comunicação com a *Internet*, a Contratada deverá instalar a última milha (rede de acesso) interligando ao *backbone*, utilizando obrigatoriamente fibra óptica, com largura de banda de, no mínimo, 48 (*quarenta e oito*) Mbps, tanto para transmissão como para recepção;

2.1.2 - A Contratada deverá prover serviço de acesso IP dedicado à INTERNET e seus respectivos circuitos de comunicação de dados entre a sede do Contratante, localizado na Rua do Acre, 80 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, e o roteador do centro de roteamento do fornecedor do acesso IP dedicado, com nível de serviço definido, além de solução para gerenciamento pró-ativo de falhas e instalação dos serviços;

2.1.3 - O serviço de comunicação de dados deverá permitir ao Contratante a utilização de protocolo de endereçamento de rede Internet Protocol (IP), definido na RFC 791, para conexão à Internet. A rede TCP/IP deverá ser pura entre quaisquer pontos da rede. Através dos canais da Rede IP deverá fluir apenas tráfego de aplicações TCP/IP. A Contratada deverá prestar os serviços de comunicação de dados com a Internet utilizando o protocolo TCP/IP (RFC1180), devendo apresentar conformidade com os padrões internacionalmente aceitos, permitindo ao Contratante a utilização de qualquer aplicação que se utilize do protocolo de rede IP, sem qualquer restrição;

2.1.4 - Uma vez iniciada a prestação dos serviços, os mesmos ficarão em funcionamento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, observados os parâmetros de qualidade mínimos previstos neste Contrato;

2.1.5 - Os circuitos de comunicação de dados deverão ser “full duplex”, com velocidades de transmissão idênticas tanto para transmissão como para recepção, de uso ilimitado, a ser instalado e operado pela Contratada;

2.1.6 - A velocidade do circuito de comunicação de dados (largura de banda) a ser fornecido é do mínimo de 48 Mbps;

2.1.7 - Cada largura de banda definida deverá ser considerada como taxa de transmissão efetiva útil, descontados os overheads de protocolo e transmissão seja SDH, ATM, Fast Ethernet, etc;

2.1.8 - A Contratada deverá fornecer o acesso através de fibra óptica, sendo sua terminação diretamente no CPD do Contratante;

2.1.9 - A Contratada deverá fornecer link único, não sendo aceito fornecimento de diversos links de menor velocidade com balanceamento entre eles;

2.1.10 - Deverá ser disponibilizado pela Contratada faixa de endereçamento IPv4, contendo pelo menos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) endereços IP válidos a serem utilizados pelo Contratante;

2.1.11 - Deverá ser fornecido pela Contratada o serviço de DNS secundário ao existente no Contratante, de forma a manter disponível a resolução de endereços IP para os servidores do Contratante, mesmo em caso de queda da conexão entre a rede do Contratante e o backbone da Contratada;

2.1.12 Deverá ser fornecido pela Contratada o serviço de DNS reverso referente ao intervalo de endereços IP sob sua responsabilidade;

2.1.13 - A Contratada deverá possuir POPs (Points of Presence) próprios no Brasil que utilizem tecnologia ATM ou SDH ou Metro Ethernet, sendo exigido a presença de pelo menos 1 (um) POP na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Somente serão aceitos como POPs válidos aqueles que possuam largura de banda mínima de 155 Mbps e apresentem redundância nos links de comunicação de dados com o “backbone” da Prestadora de Serviço;

2.1.14 - Os canais de comunicação de dados e as portas de acesso ao POPs (Points of Presence) das Contratadas deverão ser exclusivos e dedicados, não podendo haver compartilhamento com outros usuários;

2.1.15 - Os materiais, insumos e produtos que a Contratada empregará na execução dos trabalhos deverão ser novos e de primeira qualidade, sendo vedado o emprego de itens reciclados ou recondicionados;

2.1.16- Não implementar nenhum tipo de filtro de pacotes que possa incidir sobre o tráfego originado da Internet ou destinado a Internet a partir da rede interna do Contratante, respeitando a confidencialidade, disponibilidade, e integridade dos dados trafegados, a menos que exista expressa concordância do Contratante;

2.1.17 - A Contratada deverá fornecer os equipamentos roteadores com todos os cabos, conectores, bem como qualquer outro equipamento necessário para a operação do serviço de comunicação de dados entre a rede do Contratante e a Internet;

2.1.18 - Os roteadores CE a serem disponibilizados pela Contratada para o serviço Internet deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

2.1.18.1 - Serem fornecidos com todos os componentes, módulos e acessórios necessários ao funcionamento do enlace Internet;

2.1.18.2 - Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces LAN Fast Ethernet 802.3u – Especificação 100 BASE-T (Full Duplex) com conector do tipo RJ-45;

2.1.18.3 - Suportar o protocolo SNMP v1 e v2, uma vez que será configurado para ser acessado pelos sistemas de gerência do Contratante, bem como para enviar traps a esses sistemas;

2.1.18.4 - Possuir capacidade de processamento de, no mínimo, 170 mil pacotes por segundo (PPS), devendo ser dimensionados para operar com carga máxima de CPU e memória de 80%, desde que satisfeita a condição de tráfego igual ou inferior à capacidade da porta WAN do roteador, calculada a média de no máximo 5 minutos.

2.1.18.4.1 - Caso seja identificado, durante a execução do Contrato, um roteador com uso de CPU ou memória acima destes limites, este deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus adicional para o Contratante;

2.1.19 - A Contratada deverá fornecer usuários e senhas de acesso aos equipamentos com privilégios de leitura;

2.1.20 - A Contratada deverá atender todas as solicitações de alteração na configuração dos roteadores fornecidos, no prazo máximo 1 (uma) hora, após abertura de chamado pelo Contratante.

## **2.2 - DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO:**

2.2.1 - O Contratante poderá realizar a abertura de chamados técnicos e solicitações de serviços para reparo do serviço de acesso à Internet. A abertura destes chamados poderá acontecer diretamente na Central de Atendimento;

2.2.2 - A Central de Atendimento deverá ser acessada por um número único nacional não tarifado (0800) ou ligação local e deverá atender 95% das chamadas a elas destinadas, limitando o redirecionamento da ligação para área de abertura de chamados apenas 1 (uma) vez, e o Contratante não poderá esperar por mais de 60 segundos em linha para ser atendida, conforme legislação brasileira;

2.2.3 - A Contratada poderá disponibilizar, complementarmente, Portal de Atendimento em domínio público na Internet para abertura de chamado disponibilizando interface com campos para preenchimento da designação do circuito, para informações adicionais (com intuito de detalhar o problema enfrentado), e campo contendo o endereço de email do solicitante para recebimento do ticket de abertura do chamado;

2.2.4 - A Contratada deve fornecer número de protocolo após a abertura de chamado, considerando quaisquer das modalidades de abertura;

2.2.5 - A Central de Atendimento deve estar à disposição do Contratante para recebimento de reclamações e solicitações de serviços no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano;

2.2.6 - Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato no Contratante que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.

## **2.3 - DO SLA - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:**

2.3.1 - A Contratada deverá garantir banda disponível no circuito de acesso e desempenho da conexão entre o Contratante e a porta de entrada na rede da Contratada observando os índices mensais de desempenho obrigatórios no decorrer do contrato, conforme a seguir:

2.3.1.1 - Latência mínima de 40 ms

2.3.1.2 - Perda de Pacotes máxima de 2 %

2.3.1.3 - Disponibilidade mínima de 99,6 %

2.3.2 - Em caso de falha no circuito de acesso e/ou serviço de Internet, a Contratada deverá prestar atendimento observando-se os prazos máximos de 30 (trinta) minutos para o primeiro retorno e de 2 (duas) horas para solução total;

2.3.3 - Todas as atividades que exijam a paralisação ou causem comprometimento da qualidade do serviço de comunicação de dados com a Internet não poderão ser executadas nos horários de expediente do Contratante (de 7h às 22h, de segunda-feira a sexta-feira);

2.3.4 - Não serão consideradas como indisponibilidade de serviço as interrupções programadas para manutenções preventivas, desde que efetuadas no período compreendido

entre 00:00 (zero hora) e 06:00 (seis) horas, horário de Brasília, e comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

2.3.5 - A Contratada deverá fornecer acesso a um “Portal” na Internet para acompanhamento dos serviços prestados pela Contratada através de ferramentas do tipo RDDTOOL, MRTG, CACTI ou similares;

2.3.6 - A Contratada deverá realizar teste de verificação de taxa de erros de bit nos circuitos, sem ônus adicional para o Contratante, sempre que for identificada elevada incidência de erros, reset de interfaces ou a pedido do Contratante;

2.3.7 - O Contratante poderá manter registro das ocorrências para fins de apuração paralela dos tempos de indisponibilidade.

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **3.1 -DA CONTRATADA:**

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - **Adicionalmente às obrigações técnicas** descritas na Cláusula Segunda deste Contrato, a Contratada está obrigada a:

3.1.2.1 - Iniciar a execução das atividades de implantação do serviço, conforme prazos definidos neste Contrato.

3.1.2.2 - Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos neste Contrato;

3.1.2.3 - Fornecer todos os equipamentos necessários nas condições exigidas neste Contrato, cujos custos deverão estar inclusos no valor mensal a ser pago pelo Contratante, podendo ser fornecidos em comodato, devendo ser retirados no término do contrato;

3.1.2.3.1 - Os custos relativos à desativação e retirada dos equipamentos ao final da vigência deste Contrato, deverão estar inclusos no total da contratação;

3.1.2.4 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre a rede interna do Contratante e a Internet, com exceção da infra da rede interna e do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências do Contratante e a climatização das salas de equipamentos;

3.1.2.5 - Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infra-estrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados no caderno de métricas;

3.1.2.6 - Disponibilizar os serviços de comunicação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana. A empresa manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800) ou local, para registro de chamados, acompanhamento/resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas;

3.1.2.7 - Cumprir fielmente este Contrato, de modo que os serviços avençados se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, conforme especificações técnicas constantes neste Contrato;

3.1.2.8 - Designar preposto responsável pelo atendimento ao Contratante, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto contratado;

3.1.2.9 - Fazer diagnóstico das falhas dos serviços, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade;

3.1.2.10 - Efetuar o gerenciamento pró-ativo e a manutenção, tanto da porta de entrada no “backbone” como dos pontos de acesso e equipamentos instalados no Contratante de propriedade da Contratada (roteadores, modems, etc), assegurando todos os níveis de serviço descritos neste Contrato, não sendo permitido qualquer tipo de acesso ou alteração nos equipamentos da rede interna do Contratante;

3.1.2.11 - Notificar o Contratante via email, telefone (fixo ou celular) ou SMS quando o gerenciamento pró-ativo detectar falhas ou anomalias no serviço de comunicação de dados fornecido. A notificação por email deverá conter informações sobre a falha (data, hora, circuito, etc) e será usada como registro de interrupção de serviço.

3.1.3 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.

3.1.4 - A Contratada compromete-se a utilizar o mesmo cuidado e discrição para impedir a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo Contratante, quanto o que usaria para informações similares de sua propriedade que não desejasse divulgar, publicar ou disseminar.

3.1.5 - A Contratada somente poderá divulgar as informações, ditas confidenciais, em suas dependências para aqueles que tiverem necessidade de conhecê-la.

3.1.5.1 – Na hipótese de ter o consentimento formal do Contratante, poderá divulgar a informação, dita confidencial, mencionada no item anterior, para uma terceira parte, desde que esta necessite para desempenhar algum tipo de serviço para a Contratada ou para o Contratante, sem prejuízo das demais condições impostas neste Contrato.

3.1.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

### **3.2 -DO CONTRATANTE:**

3.2.1 - Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, climatização e alimentação de energia, ficando excluídos desta obrigação qualquer outro tipo de equipamento necessário à conexão do Contratante ao backbone da Contratada, os quais, se necessários, ficarão a cargo da Contratada;

3.2.2 - Manter o registro de seu domínio junto à FAPESP, responsabilizando-se por todas as ações necessárias à eventual alteração dos endereços de seus servidores de DNS;

3.2.3 - Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos;



3.2.4 - Disponibilizar uma caixa postal de nome [hostmaster@trf2.jus.br](mailto:hostmaster@trf2.jus.br) que deverá ser usada para facilitar comunicações de interrupções programadas e outras de caráter operacional. Toda interrupção para manutenções deverá ser avisada por esta caixa postal;

3.2.5 - Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

3.2.6 - Pagar à Contratada os valores constantes dos documentos fiscais pelos serviços contratados, respeitando os índices e requisitos especificados neste Contrato

#### **4 – CLÁUSULA QUARTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

4.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

4.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

4.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

4.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

4.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

4.4 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:**

##### **5.1 - DO PREÇO:**

Descrição	Quantidade.	VALORES (R\$)	
		Mensal	Anual
Prestação de serviços de comunicação permanente de dados (SIASG 13935)	12		
Instalação do Circuito de Comunicação de Dados (SIASG 25135)	01		
VALOR GLOBAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS			

5.1.1 - O valor dos serviços de instalação do Circuito de Comunicação de Dados é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

5.1.2 - O valor MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

5.1.3 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

5.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

## 5.2 - DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

5.2.1- Os valores contratados, referentes ao subitem 5.1.2, serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left( \frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

$R$  = Reajuste

$I$  = N.º índice da data do reajuste

$I_o$  = N.º índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

$P$  = Preço a ser reajustado

5.2.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

5.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

5.2.4 – Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

5.2.5 - A Contratada poderá exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

5.2.6 – Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

## 5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.3.1 - O pagamento à Contratada será efetuado mensalmente, a contar da ativação comercial, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.3.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará



sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

5.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Divisão de Compras (DICOM), Rua Acre, nº 80, 16º andar, sala 1.604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em 02 (*duas*) vias, que também deverão ser enviados eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br), na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

5.3.3 - Para fins do disposto no subitem 5.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.3.4 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

5.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas n.º 539 de 25/04/2005 e n.º 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB n.º 765 de 02/08/2007.

5.3.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.3.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

5.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

5.3.7 - Caso sejam verificadas interrupções no circuito de acesso e/ou no fornecimento do acesso à *Internet*, em que o motivo da interrupção tenha sido de responsabilidade da Contratada, deverá ser aplicado um desconto no documento fiscal mensal de acordo com a seguinte fórmula:

***Desconto = Tempo x Preço / 1440, onde:***

***Desconto = Valor do desconto em Reais***

***Tempo = Número de períodos de 30 (trinta) minutos da interrupção***

***Preço = Preço da assinatura mensal do serviço***

5.3.8 - Para efeito de desconto, o período mínimo de interrupção a ser considerado, será de 30 (trinta) minutos consecutivos. Os períodos adicionais de falhas, ainda que frações de 30 (*trinta*) minutos, serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 30 (*trinta*) minutos.

5.3.9 - O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

5.3.9.1 - existência de qualquer débito para com o mesmo;

5.3.9.2 – se os serviços prestados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 - A despesa decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício em que o Contrato viger, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.97	060.071	

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:**

7.1 - O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas neste Contrato, sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - Em caso de inadimplência, a Contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas sujeitarão a Contratada ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas ora prevista não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

7.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:**

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato também poderá ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2013 e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/\_\_, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_ do Processo;

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **10 – CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

10.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, na modalidade \_\_\_\_\_, por ela escolhida, de acordo com o art. 56, § 1º da Lei n.º 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do Contrato.

10.2 – A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.

10.3 - A garantia prestada só será liberada ou restituída após o término do Contrato.

10.4 – A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

10.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei n.º 8.666/93.

10.6 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas Lei nº8666/93.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 – O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 24 da Instrução Normativa n.º 04/2010/SLTI.

11.1.1 - No curso da execução do objeto deste ajuste caberá ao Contratante o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Contratada;

11.1.2 - A fiscalização exercida pelo Contratante não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive, por danos que possam ser causados ao

Contratante ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato;

11.1.3 - O Contratante comunicará por escrito as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, cabendo à Contratada fazer sua imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

11.1.4 - A Contratada se submeterá à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.1.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados;

11.2.4 - Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nas especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização.

11.2.5 - Validar e atestar o documento que relacione as ocorrências que impliquem em sanções a serem aplicadas à Contratada;

11.2.6 - Solicitar à Contratada, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do fornecimento;

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, **contado a partir da ativação comercial, que deverá ocorrer no dia 02/04/2013**, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

12.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

12.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2.013.

---

JADERSON CORREA DOS PASSOS  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

NOME  
EMPRESA  
Cargo